



R-EXISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS DA FRONTEIRA DO AGROHIDRONEGÓCIO EM MUCUGÊ – CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA

Débora Paula de Andrade Oliveira
Universidade Federal de Sergipe – UFS (Brasil)
Endereço eletrônico: deborapaulageografia@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe – UFS (Brasil)
Endereço eletrônico: soniamendoncamenezes@gmail.com

2727

INTRODUÇÃO

A análise da realidade nos diferentes contextos das comunidades rurais exige refletir sobre as nuances do território para os diferentes segmentos e sujeitos sociais que o dão substância. Essa compreensão está pautada na leitura das conflitualidades intrínsecas a presença voraz do capitalismo no campo, sob a forma do agronegócio (OLIVEIRA, 2007) e, antagonicamente, na insistência, persistência e resistência dos agricultores familiares camponeses em permanecer nesses territórios, pois essa é a condição à sua reprodução social e manutenção de sua campesinidade (WOORTANN, WORTMANN, 1997).

A dominação do campo brasileiro pelo capital se expressa, em determinados contextos, sob a forma do agrohidronegócio, conceito inicialmente elaborado por Mendonça e Mesquita (2007), e revisitado por Thomaz Junior (2010) que enfatizou a ação do Estado no favorecimento das infraestruturas e concessão de recursos naturais à acumulação capitalista nos espaços agrários brasileiros.

Em face desse contexto, a proposta do estudo é analisar as contradições, tensionamentos, intencionalidades e significações intrínsecas a dominação do agrohidronegócio e a r-existência da agricultura familiar camponesa nas comunidades rurais de Mucugê, município situado na Chapada Diamantina, Bahia, região nordeste do Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ampara-se numa leitura qualitativa da realidade. No que tange aos procedimentos metodológicos, pautou-se no levantamento de dados secundários no

Realização:



Apoio:





Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para sistematização das informações em mapas e gráficos, além da pesquisa na imprensa local/nacional e nas fontes historiográficas.

Paralelamente, foi realizada também a pesquisa de campo, com observações *in lócus* e realização de entrevistas com os sujeitos protagonistas da pesquisa, os agricultores familiares camponeses de Mucugê.

Por meio do entrecruzamento das diversas fontes de pesquisa utilizadas, confrontadas e analisadas à luz dos escopos teóricos, buscou-se analisar as contradições inerentes ao agrohidronegócio local, bem como suas principais mazelas e repercussões na realidade de quem vivencia esses territórios.

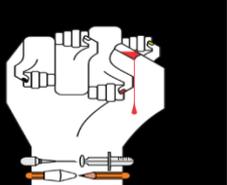
2728

SOBRE R-EXISTIR FRONTEIRA DO AGROHIDRONEGÓCIO EM MUCUGÊ, BAHIA

O agrohidronegócio configura-se como um meio para a reprodução ampliada do capital, haja visto que subordina o campo e os sujeitos sociais às suas práticas de acumulação, que, em grande medida, encontram respaldo e incentivo nas ações do Estado.

A inauguração, em 1998, da Barragem do Apertado acentuou o processo de dominação do território. Nos discursos que pautaram a construção dessa infraestrutura pública, imperava a ideia de que o reservatório atenderia as necessidades de abastecimento de água da população local e impulsionaria a produção agrícola familiar nos territórios rurais do município.

Além de fomentar a inserção dos empreendimentos agrocapitalistas, as águas desse reservatório são destinadas predominantemente aos sistemas de irrigação estruturado em pivôs centrais implantados pelas fazendas que a circundam. Em conversas com os homens e mulheres agricultores familiares camponeses, nos foi revelado que a existência do pivô-central demarca uma fronteira, entre as comunidades tradicionais e “[...] as terras das grandes fazendas, dos de fora” (Entrevista realizada em junho de 2021). Com a construção da barragem, a lâmina d’água do reservatório alagou as terras da comunidade rural Ouricuri, e fizeram desaparecer o modo de vida e o território identitário dos sujeitos da agricultura familiar camponesa pautada na relação de simbiose com o rio que garantia o alimento e as terras férteis para os cultivos tradicionais, como o arroz, a mandioca, o milho e o feijão. Os moradores foram



realocados para a comunidade Caraíbas. De acordo com a narrativa de uma entrevistada:

[...] Peixe na minha casa era de fartura, o rio tava ali na beirinha, era só ir buscar. Hoje é mais difícil, mandaram a gente pra longe e nos tiraram até a terra que era boa de plantar. Tá aí agora, esse chão duro, terra seca, as plantinhas ficam tudo esturricadas de tanto quente que é o sol, olha a mandioca aí mesmo, tudo fraquinha, não desenvolve. Tem gosto mais não (Entrevista realizada em junho de 2021).

Atualmente, essa senhora rememora as vivências e memórias que foram inundadas pelo reservatório, formado pela intervenção no curso do Rio Paraguaçu, é possível ter um vislumbre de como era a realidade em um território que foi totalmente transformado para atender aos interesses de reprodução e acumulação do capital (Figura 1).

2729

Figura 1: Camponesa realocada no novo território e cultivos de mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A narrativa dessa senhora é ilustrativa das dezenas de famílias que foram deslocadas das margens do Rio Paraguaçu para a implantação da barragem do Apertado. Os recursos hídricos da Barragem do Apertado, que é uma infraestrutura pública, são direcionados aos grupos empresariais oriundos de diferentes escalas que desde então, usufrui dessas águas, todavia, nos últimos anos, esse recurso tem apresentado sinais de escassez.

Um fato irônico, porém, que não causa surpresa é a comunidade de Caraíbas, deslocada sofrer com a escassez de água para os pequenos cultivos e até mesmo para o abastecimento doméstico, enquanto o reservatório construído em suas terras de origem garante a pujança hídrica para os pivôs centrais do agrohídronegócio que desde a década de 1990 domina os territórios que margeiam o espelho d'água.

O agrohídronegócio atende a lógica da acumulação capitalista, em que o significado da terra, e por extensão, do território, encerra-se nos parâmetros da mercadoria e da produtividade.



Em contraste com essa lógica de acumulação do capital, os saberes e fazeres que permeiam a agricultura familiar camponesa estão alinhados ao modo como esses sujeitos sociais desenvolvem suas trajetórias de vida. Tal como assegura Carvalho (2014), a prática da agrobiodiversidade repousa no equilíbrio ambiental e na diversidade com que a vida se manifesta na natureza. Desse modo, enfatiza-se que as práticas de trabalho dos agricultores familiares camponeses estão essencialmente entrelaçadas aos ambientes que habitam, e, assim, constituem territórios e territorialidades plenos de cultura e identidade, em imbricação com a natureza.

A barragem também ocupou áreas relativamente planas do território, o que extinguiu formas tradicionais de cultivos de arroz nas margens férteis desse trecho do Rio Paraguaçu, e repercutiu na redução desse cultivo tradicional da agricultura familiar camponesa de Mucugê.

Essa contradição se reverbera em diferentes territórios no Brasil e rebate na diminuição do cultivo de alimentos, especialmente de arroz, igualmente ao ocorrido no baixo São Francisco Sergipano (MENEZES, SILVA, SILVA, 2019).

O tradicional plantar e colher regido pela lógica simbólica do trabalho na terra (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), articulado aos tempos, fluxos e ciclos da natureza tem sido completamente deslegitimado em prol da tecnificação exacerbada, que visa maximizar a produção para alargar as margens de rentabilidade da cadeia produtiva do agronegócio. Os agricultores r-existem nos seus reduzidos territórios, continuam a cultivar de milho, feijão, mandioca e verduras, alguns comercializam parte da sua produção na feira local e, produzem para o autoconsumo e buscam criar estratégias para continuar nos seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama de tensões, conflitos ambientais, degradação humana e social é comum à questão agrária no Brasil, haja visto que se realiza por meio das relações pluriescares que alimentam o mercado global do agrohídronegócio e repercutem na realidade cotidiana dos homens e mulheres do campo nas comunidades interioranas que tem seus meios de viver e se relacionar com o território na contramão dos interesses da acumulação do sistema capitalista.

Em meio as andanças e percalços, desvelam-se realidades conflitantes, que por vezes não são tão evidentes no mapeamento do território, a exemplo da coexistência



entre o agrohidronegócio e a agricultura familiar nos territórios rurais de Mucugê. Contudo, as experiências *in lócus* permitiram compreender a realidade em tela, sobretudo, pela perspectiva de quem enfrenta, cotidianamente, as mazelas sociais e os problemas ambientais intrínsecos ao agrohidronegócio.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. M. O camponês, guardião da agrobiodiversidade. **Boletim DATALUTA**, 2014.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: FLOR, F. H.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (eds.). **Agriculturas campesinas em Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 19–34.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2921906#/S/Q>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: **ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS**, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. Anais... Salvador, 2007.

MENEZES, S. de S. M. et al Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [On line], 40/2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território**: revista de geografia agrária, 2010.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília. Ed. UNB. 1997.

2731

Realização:



Apoio:

